

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO II - EDIÇÃO Nº 311 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 28 de junho de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 063/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais, e conforme o disposto no art. 17, inciso V, alínea "d", inciso XII, alínea "h" e "i", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, no art. 41 da Constituição Federal c/c caput do art. 21, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007; na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012; e

Considerando que os servidores nominados preencheram as condições para adquirir estabilidade no serviço público, em virtude do atendimento aos requisitos relativos à disciplina, idoneidade moral, aptidão para a função, conduta e integração do servidor ao serviço e às atribuições do cargo, bem como pelo decurso de três anos de efetivo exercício, ao que se extrai de todas as etapas da Avaliação Especial de Desempenho a que foram subordinados;

RESOLVE:

Art. 1° DECLARAR ESTÁVEIS no serviço público estadual, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, os servidores adiante relacionados, a partir das respectivas datas:

	MAT.	SERVIDOR	CARGO	EXERCÍCIO	ESTABILIZAÇÃO
	125114	Carla Sousa da Silva	Analista Ministerial	10/06/2014	10/06/2017
I	125514	Viviane de Andrade Franco Guedes	Analista Ministerial	24/06/2014	24/06/2017

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 434/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins:

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR Allyson Pereira Araújo da Silva como

prestador de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 29ª Promotoria de Justiça da Capital, 03 (três) dias por semana, no horário de 14h às 18h, a partir de 27 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRAA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 435/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º REVOGAR, a partir de 14 de junho de 2017, as Portarias nº 052 e 105/2017, na parte que indicou ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, para atuarem perante as Zonas Eleitorais especificadas, conforme a seguir:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	
7ª	PARAÍSO DO TOCANTINS	DIEGO NARDO	
31ª	ARAPOEMA	ADAILTON SARAIVA SILVA	

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 436/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, matrícula nº 69507, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor-Geral, no período de 17 de julho de 2017 a 03 de agosto de 2017, durante as férias do titular do cargo Uiliton da Silva Borges.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA Promotora Assessora do PGJ

> UILITON DA SILVA BORGES Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES

Procuradora de Justiça Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR Procurador de Justiça

> ALCIR RAINERI FILHO Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO Membro - Corregedor-Geral do MPE

> ALCIR RAINERI FILHO Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6 Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 437/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ELINALVA DO NASCIMENTO RAMOS, Técnico Ministerial, matrícula nº 83008, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 03 a 21 de julho de 2017, durante as férias do servidor titular do cargo Protázio Nery Figueiredo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 438/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1° ESTABELECER lotação ao servidor TALLES EMANUEL DE FRANÇA MANDUCA, matrícula n° 9101002, na Sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional, a partir 23 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 439/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP;

RESOLVE:

Art. 1º INDICAR ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuarão perante a Justiça Eleitoral, nos períodos especificados:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO			
7ª	PARAÍSO DO TOCANTINS	THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA	14/06/2017 a 13/06/2019			
14ª	ALVORADA	ADAILTON SARAIVA SILVA	14/06/2017 a 13/06/2019			

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 440/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor JOHN KENED BRAGA, matrícula nº 126014, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 03 a 22 de julho de 2017, durante o afastamento do titular do cargo Heber Ricardo da Cruz Almeida.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 441/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER lotação à servidora RAQUEL DA COSTA PIRES SARAIVA, Assistente de Serviços de Saúde, matrícula nº 8641617, no Departamento de Planejamento e Gestão, a partir de 26 de junho de 2017.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 442/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o Ofício nº 178/2017, protocolizado sob o nº 07010168443201783, da lavra do Promotor de Justiça Ricardo

Alves Peres:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR NATALLY QUEEN DE SOUSA MARINHO, CPF nº 024.864.851-98, RG nº 1.186.189 – 2ª Via - SSP/TO, para provimento do cargo em comissão de Auxiliar Técnico – DAM 2, a partir de 1º de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00122

ASSUNTO: Homologação de procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidro cristal laminado refletivo e porta de vidro laminado.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 309/2017 - Na forma do art. 17, inciso IX, alínea "c", item 4, da Lei Complementar n° 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ no 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 097/2017, fls. 200/202, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 047/2017, fls. 203/205, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidro cristal laminado refletivo e porta de vidro laminado, para atender as necessidades dos prédios sedes da Procuradoria-Geral de Justiça e da Promotoria de Justiça de Miranorte, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, conforme Pregão Presencial nº 010/2017, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foi adjudicada a proposta da seguinte empresa licitante vencedora: E.C.S DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, em conformidade com a Ata da 2ª Sessão Pública, acostada às fls. 194/196, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e proposta de preços realinhada acostada às fls. 197/198. Sigamse os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA Procurador-Geral de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 11/07/2017, às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 019/17, processo nº 2017/0701/00210, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA AO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO (CATRACAS, SISTEMAS DE COMPUTADOR E PORTINHOLAS DE ACESSO, ASSIM COMO OUTROS ITENS QUE O COMPÕE), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, BEM COMO FORNECIMENTO MENSAL DE 10 CARTÕES DE ACESSO (CARTÃO COMPATÍVEL COM AS CATRACAS EXISTENTES), para atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e da Promotoria de Justiça de Araguaína. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 27 de junho de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 015/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Dianópolis que, às 9h do dia 07 de agosto, será instalada a INSPEÇÃO na sede das Promotorias de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar o Promotor de Justiça LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA e outro membro que eventualmente esteja respondendo pela 2ª Promotoria de Justiça na data dos trabalhos, a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 03 de maio de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

EDITAL Nº 016/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Almas que, às 9h do dia 08 de agosto, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar a Promotora de Justiça ISABELLE ROCHA VALENÇA FIGUEIREDO a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 03 de maio de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

EDITAL Nº 017/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Natividade que, às 9h do dia 09 de agosto, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar a Promotora de Justiça ISABELLE ROCHA VALENÇA FIGUEIREDO a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 03 de maio de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

EDITAL Nº 018/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Filadélfia que, às 9h do dia 23 de outubro, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar a Promotora de Justiça JULIANA DA HORA ALMEIDA a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 22 de junho de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

EDITAL Nº 019/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Goiatins que, às 9h do dia 24 de outubro, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar o Promotor de Justiça CÉLEM GUIMARÃES GUERRA JÚNIOR a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 22 de junho de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

EDITAL Nº 020/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Itacajá que, às 9h do dia 25 de outubro, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar a Promotora de Justiça LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 22 de junho de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

EDITAL Nº 021/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Pedro Afonso que, às 9h do dia 26 de outubro, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar os Promotores de Justiça RAFAEL PINTO ALAMY e LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 22 de junho de 2017.

> JOÃO RODRIGUES FILHO Corregedor-Geral

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

DEFESA DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s). PORTARIA IC Nº.: 016/2016.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n° 8.625/93; art. 8°, §1° da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar as possíveis irregularidades decorrentes da instalação de uma rede de alta tensão, sobre uma residência no Setor Barra da Grota, em Araguaína-TO.

INTERESSADO(S): Associação de Moradores do Setor Barra da Grota, Energisa, Prefeitura Municipal de Araguaína, Geovane Alves de Almeida.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 26 de junho de 2017.

8º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, dá ciência ao senhor Valter Santos, acerca do INDEFERIMENTO da representação registrada na aludida Promotoria de Justiça, como Notícia de Fato nº 35/2017, a partir de representação manejada via e-mail, através do link da Ouvidoria do MPE/TO, noticiando suposta precarização na gestão de documentos pela Prefeitura Municipal de Gurupi/TO, chegando-se ao ponto, inclusive, do extravio de documentos importantes, a exemplo de pastas funcionais de servidores públicos, em desconformidade com os ditames da Lei Federal nº 8.159/91. Esclarecendo que, o representante poderá interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos no prazo de 10 (dez) dias (a contrar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), perante a 8.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP n.º 023/2007 e do art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução n.º 03/2008/ CSMP-TO.

NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO Inquérito Civil Público nº 02/2017 EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, Titular da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1.º, da Resolução nº 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da notificação dos interessados através de publicação na Imprensa Oficial ou afixação no mural quando da não localização daqueles que devem ser cientificados das decisões proferidas em Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, NOTIFICA o Representante Anônimo, acerca da Promoção de arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 02/2017, instaurado para apurar suposto ato de improbidade administrativa, consistente em recebimento de salários sem a devida contraprestação, praticado por Luana Sousa Gomes, servidora comissionada da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que trabalha em período integral como secretária no Hospital Santa Catarina, em Gurupi-TO, presumindo-se daí a incompatibilidade de horários entre as duas profissões. Esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1.º, da Resolução CNMP n.º 023/2007.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AXIXÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s). PORTARIA No.: 01/2017, ICP nº 01/2017

INVESTIGANTE: Elizon de Sousa Medrado – Promotor de Justiça FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 10, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Representação formulada por Vanilde Rodrigues Sá. FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar investidura de servidor público em Sítio Novo do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Axixá do Tocantins/TO, 05 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s). PORTARIA No.: 02/2017, ICP nº 02/2017

INVESTIGANTE: Elizon de Sousa Medrado – Promotor de Justiça FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 10, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Documentação oriunda do TCE/TO.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar irregular emissão de nota fiscal em favor da Prefeitura de Sítio Novo do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Axixá do Tocantins/TO, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s). PORTARIA No.: 06/2017, ICP nº 06/2017

INVESTIGANTE: Elizon de Sousa Medrado – Promotor de Justiça FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 10, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Efetivar a instalação do Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) em Sítio Novo do Tocantins/TO. LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Axixá do Tocantins/TO, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA No.: 07/2017, ICP nº 07/2017

INVESTIGANTE: Elizon de Sousa Medrado – Promotor de Justiça FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 10, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Documentação encaminhada pelo INCRA.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apura mau-uso de equipamentos do PAC-2 em Axixá do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Axixá do Tocantins/TO, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s). PORTARIA No.: 08/2017, ICP nº 08/2017

INVESTIGANTE: Elizon de Sousa Medrado – Promotor de Justiça FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 10, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Efetivar a instalação do Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) em Axixá do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Axixá do Tocantins/TO, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA No.: 09/2017, ICP nº 09/2017

INVESTIGANTE: Elizon de Sousa Medrado – Promotor de Justiça FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 10, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conselho Tutelar de Axixá do Tocantins.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Adolescente em situação de risco em Axixá do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Axixá do Tocantins/TO, 12 de junho de 2017.

Rua Augustinópolis, nº 25, Fórum, Centro, Axixá do Tocantins/TO. CEP: 77.930-000, Tel: (63) 3444-1252.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 19/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do

Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08. ORIGEM: Conversão em IC do PPIC nº 19/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: Investigar suposta situação de risco envolvendo o menor Marisvaldo Dias de Sousa, filho de Maria Ziló Rodrigues de Sousa, o qual encontrava-se convivendo com sua avó, Alzira Rodrigues de Amorim, na cidade de Ponte Alta do Tocantins/TO.

INVESTIGADOS: Alzira Rodrigues de Amorim e outros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 26 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 29/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 39/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: Averiguar quais condições impedem a instalação de rede de energia elétrica na residência de Nelcilene Gonçalves Barros, a qual é a única cidadã cuja casa não é abarcada pelo serviço de iluminação na Rua 05, Casa 27, Quadra 12, Lote 05, Setor Sul em Ponte Alta do Tocantins/TO.

INVESTIGADOS: Energisa S/A e Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 26 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 30/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 32/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar quais circunstâncias impediram a instalação de rede de energia elétrica na Rua 04 do Setor Sul em Ponte Alta do Tocantins/TO

INVESTIGADOS: Energisa S/A e Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 26 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 31/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 41/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar quais condições impedem a convocação de Gardênia Pereira Sousa para o cargo de ASG, considerando que há indícios da existência de vaga no cargo pleiteado.

INVESTIGADOS: Kleber Rodrigues de Sousa e administração municipal de Ponte Alta do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 26 de junho de 2017.